



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

IANICE MALAK

**FINANCIAMENTO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS AO SETOR
EDUCATIVO GUINEENSE: O CASO DE BANCO MUNDIAL (2002-2022)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

IANICE MALAK

**FINANCIAMENTO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS AO SETOR
EDUCATIVO GUINEENSE: O CASO DE BANCO MUNDIAL (2002-2022)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação – Bacharelado em Humanidades – do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

IANICE MALAK

**FINANCIAMENTO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS AO SETOR
EDUCATIVO GUINEENSE: O CASO DE BANCO MUNDIAL (2002-2022)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação – Bacharelado em Humanidades – do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Data de aprovação: 27/01/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Claudilene Maria da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMA	8
3	OBJETIVOS	9
3.1	GERAL	9
3.2	ESPECÍFICOS	9
4	JUSTIFICATIVA	9
5	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
5.1	ABORDAGEM CONCEITUAL E HISTÓRICA SOBRE A EDUCAÇÃO NA GUINÉ BISSAU	10
5.2	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OS SEUS FINANCIAMENTOS AO SETOR EDUCATIVO GUINEENSE: O CASO DE BANCO MUNDIAL	13
6	METODOLOGIA	15
7	CRONOGRAMA	16
	REFERÊNCIAS	17

1 INTRODUÇÃO

O setor educativo ocupa um lugar central nas políticas de qualquer estado que mira o desenvolvimento, dada sua relevância para a organização social do país. Com isso, os governos têm grandes responsabilidades em criar políticas e programas eficientes, mobilizar recursos necessários e aplicar tais recursos na educação dos seus cidadãos. Na Guiné-Bissau, a importância da educação foi compreendida desde os primórdios da construção da nação guineense, conforme se percebe na abordagem do Caetano (2021), a qual enfatizou que o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), logo no seu Primeiro Congresso (Congresso de Cassacá), apostou na promoção da educação como forma de atingir os objetivos que nortearam a luta de libertação nacional, assente na expulsão dos colonos portugueses das terras guineenses mas, também, em um árduo desafio de reconstruir a essência social e cultural do povo africano (DJALÓ, 2020).

Com o passar dos anos, com o intuito de implementar um sistema de ensino forte, a partir de esporos endógenos, o Estado guineense mostrou-se limitado quanto ao que se propunha alcançar. A liderança política do país – e consequentemente a responsável pela criação e execução das ações voltadas à área em questão – via-se perante duas situações: primeiro, “fechar todas as escolas herdadas do colonialismo até a concepção de um projeto global para o país, em que definisse uma política educacional clara e se formasse quadros necessários à execução”; segundo, “conservar a estrutura educacional existente, abrindo portas para um número maior de estudantes, substituindo todos os quadros indesejáveis e introduzindo as reformas de conteúdos mais pertinentes” (FURTADO, 2005, p.334 apud SEIDE, 2019, p.06). Diante das condições sociais e econômicas do momento, os dirigentes políticos optaram por essa segunda opção, desde que as relações pedagógicas estivessem em perfeita consonância com os princípios do PAIGC.

Após conquistar sua independência, a compreensão sobre a relevância de possuir uma educação de qualidade, assegurada por todos, continuava viva nas perspectivas administrativas dos dirigentes do partido e do país, contudo, poucas mudanças (se não nenhuma) reais foram feitas. No final da década 1970 ao início da década 1980, a par de outros países de renda baixa, o país se mergulhou numa grave crise econômica, limitando ainda mais as ações do governo referente às suas políticas governamentais do setor educativo, crise essa acirrada com o golpe do estado de 1981, que pôs fim ao governo do então presidente do PAIGC e da Guiné-Bissau, Luís Cabral (SEIDE, 2019). Em meados da mesma década, com a

persistência das autoridades, proveniente do golpe de 1981, o país recorreu ao financiamento de instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), a fim de mobilizar algum tipo de crédito para suprir os desafios que enfrentava.

Criadas após a Segunda Guerra Mundial, na conferência que ficou conhecida como “A Conferência de Bretton Woods, nos Estados Unidos da América, as duas instituições financeiras são resultado da liderança dos EUA no apoio à reconstrução da Europa, em especial, a ocidental, devastada pela Segunda Guerra Mundial. Romminger (2004) aponta que a iniciativa de financiar a reconstrução da Europa Ocidental consistia na estratégia estadunidense de fortalecer a parte ocidental do continente diante dos avanços do comunismo soviético que vinha se constituindo como uma força paralela ao poderio do capitalismo americano. Mesmo diante da épica rivalidade entre os dois sistemas ideológicos, de interpretar o mundo tanto na vertente política como econômica, o Banco Mundial e FMI se firmaram como pilares reguladores das políticas econômicas e de um modelo de desenvolvimento pensado a partir do ocidente.

No caso do Banco Mundial, a instituição é um conglomerado de cinco instituições financeiras adotadas de diferentes políticas de financiamento ao desenvolvimento: BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) volta-se às suas ações para os países de renda média; AID (Associação Internacional de Desenvolvimento) disponibiliza financiamento para os países de renda baixa; CPI (Corporação Financeira Internacional) destina seus financiamento ao setor privado nos denominados “países em desenvolvimento”); MIGA (Organismo Multilateral de Garantia de Investimento) oferece garantia e seguros a investidores privados que por meio dos investimentos, promovem investimentos estrangeiros nos países em desenvolvimento; por último, a CIADI (Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos) com atuação de natureza jurídica, procura, por meios jurídicos atenuar os conflitos entre os investidores internacionais (FOLTER, 2019).

Ao prenúncio do colapso da União Soviética, as duas instituições de Bretton Wood e suas políticas se consolidaram no sistema financeiro internacional, tornando-se as duas principais promotoras do “desenvolvimento”. Importa enaltecer que a compreensão de desenvolvimento para o Banco Mundial se assentava, em princípio, em financiar infraestruturas. mais tarde evoluindo para apostas em ações que miram o desenvolvimento humano, em quase toda sua dimensão, como diminuição da pobreza e sustentabilidade.

A par de outros países de renda baixa, a Guiné-Bissau se aproximou desses organismos internacionais, tendo em conta a sua precariedade financeira que se arrastava desde a sua independência. A intenção do país era a de usufruir de recursos disponibilizados pela instituição

através do seu Programa de Ajuste, que impunha algumas exigências ao país candidato à obtenção de crédito. Dentre as cláusulas, estava a demanda pela abertura econômica e pela implementação da democracia como regime político. Em 1987, a Guiné-Bissau aderiu oficialmente ao programa.

Em 1994, já com a implementação do multipartidarismo e com a elaboração da nova constituição, a educação passara a ser uma garantia constitucional da República (cf. artigos 16 e 49)¹, sendo o governo o responsável pelas políticas e ações educacionais. Mesmo assim tendo firmado essa carta de intenções, o país continua a apresentar um quadro deficitário nesse setor, com enormes dificuldades na construção de um sistema educativo eficiente. Esse fato se deve, segundo alguns acadêmicos e organizações internacionais, a constantes crises políticas (MONTEIRO, 2005), resultando na ineficiência do estado guineense em assegurar uma educação gratuita e de qualidade, como emana a carta magna do país.

Dentre outros problemas apontados, como os derivados da situação política e da incapacidade do estado em disponibilizar recursos financeiros para investimentos em educação, tem-se observado, no entanto, que organismos internacionais têm injetado investimentos para que o governo guineense aplique nessa área fundamental. Dentre os parceiros, o Banco Mundial se destaca como aquele que mais tem aplicado no estado guineense. Para melhor compreender o auxílio dessa organização à Guiné-Bissau, faz-se, na quinta seção desse projeto de pesquisa, uma breve retrospectiva de sua emergência, os objetivos que norteiam a sua criação e suas políticas de financiamentos. A partir disso, objetiva-se refletir sobre a atuação do Banco Mundial na Guiné-Bissau, em particular as suas ações voltadas à educação no país.

Nesse contexto, o presente estudo se propõe a investigar o processo educativo da Guiné-Bissau, suas potencialidades, fragilidades e desafios, observando especificamente os financiamentos do Banco Mundial (BM) para este setor, objetivando compreender em que moldes o Estado guineense e a instituição financeira acima mencionada firmam os acordos de financiamentos à educação. Ademais, está em causa verificar como os recursos recebidos são aplicados ao setor que se predestina no acordo e, ainda, estudar o mecanismo de acompanhamento adotado pelo Banco Mundial quanto à execução das ações e os resultados das

¹ Artigo 16º: 1 - “A educação visa à formação do homem. Ela deverá manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso. 2 - O Estado considera a liquidação do analfabetismo como uma tarefa fundamental”.

Artigo 49º: 1 - Todo o cidadão tem o direito e dever da educação; 2 – o Estado promove gradualmente e gratuidade e igual possibilidade de acesso de todos os cidadãos aos diversos graus de ensino [...] (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE GUINÉ-BISSAU, 1996).

mesmas. Para tanto, adotar-se-á a abordagem qualitativa, a qual se baseará num primeiro momento em levantamentos bibliográficos (artigos, dissertações, livros e monografias) que se relacionam a nossa temática e, posteriormente, na análise de documentos oficiais dos acordos firmados entre as duas partes em análise.

2 PROBLEMA

O setor educativo guineense vem sendo abalado com problemas que vão desde precariedade das infraestruturas escolares até as sucessivas paralisações das aulas em decorrências das greves promovidas pelos professores e técnicos em educação, como forma de reivindicar pagamento e melhoria de salário, entre outros pontos do caderno reivindicativo. Todos os problemas verificados na educação guineense resultam em contundentes prejuízos aos processos de ensino, por parte dos profissionais, e de aprendizado, aos estudantes guineenses.

Mesmo com a intervenção dos organismos internacionais para o desenvolvimento do Estado guineense, em particular, o Banco Mundial, a crônica crise nesse setor continua sendo um enorme desafio ao Estado. Essa situação suscita indagações, por parte da sociedade, sobre o real impacto dos apoios financeiros recebidos os quais deveriam se destinar à melhoria do sistema educativo do país.

Perante isso, a nossa pesquisa parte de alguns questionamentos com os quais problematiza-se o seguinte: quais os fatores que influenciam a instabilidade e ineficiência do sistema educativo da Guiné-Bissau? Qual seria a influência do Banco Mundial no processo e na construção das políticas educacionais na Guiné-Bissau? Quais os mecanismos adotados pela instituição para o acompanhamento das execuções dos objetivos plasmados nos acordos de financiamento? Considerando que o início do processo de investimento dos organismos internacionais data da década de 1980, por que ainda não são visíveis os efeitos desses financiamentos em estruturas públicas relacionadas ao setor educativo? Por que as paralizações e greves de profissionais de educação mantêm-se tão constantes nos últimos anos?

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Estudar os programas e os acordos de financiamento para o setor de educação entre Banco Mundial e o Governo da Guiné-Bissau nos últimos anos;

3.2 ESPECÍFICOS

- Compreender de que forma foram alocados os financiamentos recebidos por Guiné-Bissau;
- Analisar os mecanismos de acompanhamento adotados pelo Banco Mundial quanto à execução das ações e os resultados decorrentes;
- Compreender como os recursos recebidos e as recomendações do Banco Mundial impactam na qualidade do sistema educativo guineense;
- Entender as potencialidades, fragilidades e desafios do sistema educativo da Guiné-Bissau.

4 JUSTIFICATIVA

A realização deste trabalho se justifica na necessidade de estudar a importância do Banco Mundial para o desenvolvimento e melhoria da educação na Guiné-Bissau, porquanto se configura como um dos principais investidores no desenvolvimento do país nesse setor. Contudo, apesar dessa participação do Banco Mundial, a Guiné-Bissau ainda continua enfrentando instabilidade em assegurar o normal funcionamento das escolas públicas, que têm sofrido com ondas de paralisações dos professores e técnicos do setor, como a patente precariedade das infraestruturas do ensino do país. Esses dois fatores têm sido apontados pelos estudantes, pais e encarregados de educação, organizações civis, entre outros, como fatores determinantes que explicam a baixa qualidade do ensino ofertado pelo Estado guineense.

Por outro lado, o meu interesse pessoal de trabalhar na área de educação serve como impulso a desenvolver este trabalho, visto que servirá como primeiro passo para compreender

cientificamente os desafios que este setor enfrenta ao longo das décadas e, a partir disso, investir à procura de possíveis soluções que possam ajudar e melhorar esse cenário.

Assim, o desenvolvimento deste trabalho mostra-se ser de suma relevância social e política, pois coloca em voga um dos principais assuntos do debate público na Guiné-Bissau, em que o Estado é apontado como principal responsável pela ineficiência em assegurar uma educação gratuita e de qualidade para os seus cidadãos, como demanda a constituição no seu artigo 49.

No âmbito acadêmico, não obstante consideráveis trabalhos desenvolvidos os quais discutem a educação na Guiné-Bissau, verificam-se lacunas no que tange às questões de financiamento dos parceiros financeiros internacionais para o setor educativo do país, portanto, a presente pesquisa será uma contribuição para o enriquecimento do debate sobre a temática; servindo, por outro lado, como possível material para consultas acadêmicas e pesquisas no futuro.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

5.1 ABORDAGEM CONCEITUAL E HISTÓRICA SOBRE A EDUCAÇÃO NA GUINÉ BISSAU

Entende-se a educação como um fenômeno político e de aprendizagem capaz de moldar o comportamento humano, mas, também é um processo emancipatório do indivíduo, visando à transformação de um estágio reflexivo para outro, desenvolvendo a capacidade de crítica dos fenômenos em que se insere (TAVARES, 2009; OLIVEIRA, 2016). Embora julga-se relevante as premissas de Oliveira, o conceito da educação não se resume somente ao processo emancipatório da pessoa humana, pois isso reduziria a educação como mero instrumento da evolução do indivíduo, ignorando o seu caráter político-social em que se configura num verdadeiro instrumento de alienação tanto coletiva como individual.

Caleja (2008), por sua vez, define educação como:

(...) um processo de influência sobre as pessoas que conduz a sua transformação e as capacita para interagir com o meio. A educação é a ação que desenvolvemos sobre as pessoas que formam a sociedade, com o fim de capacitá-las de maneira integral, consciente, eficiente e eficaz, que lhes permita formar um valor dos conteúdos

adquiridos, significando-os em vínculo direto com seu cotidiano (CALEJA, 2008, p. 2).

No continente africano a educação serviu como principal arma de manipulação e de controle por parte dos colonizadores, revestido de argumentos camuflados que escondia o seu verdadeiro interesse por detrás do projeto dos colonos europeus. Conforme Tavares (2009), na África, o regime colonial buscava por meio da educação proporcionada aos colonizados, a propagação de uma ideia que recusava civilização aos africanos, através da abnegação e desqualificação da cultura do povo desse continente, oferecendo como alternativa a cultura e civilização europeia.

Djaló (2020, p.22) postula que, para justificar a presença no continente africano, as potências colonizadoras “tinham que procurar um mecanismo de alienação das populações” nas regiões ocupadas, porquanto tratava-se do jeito mais eficaz de manipular esses povos para conseguirem os seus objetivos que consistia na exploração e expropriação das riquezas ali presentes. O autor, nesse sentido, argumenta:

Para consolidar o seu comando sobre cada uma das colônias, o colonialismo português não só usou da sua força policial e militar, mas também usou os serviços da educação como meio de dominação dos nativos e, sobretudo, para a sua aculturação e consequente desenraizamento em relação às suas culturas seculares (DJALÓ, 2020, p. 22).

A invasão dos portugueses à Guiné-Bissau mexeu com todas as estruturas sociais do país, criou e introduziu instituições escolares com base nos modelos portugueses, as quais eram instituições à parte e fechadas, que estavam absolutamente vinculadas às necessidades dos colonizadores (SEIDE, 2019). Além disso, o modelo ora citado se caracterizava essencialmente pela sua natureza urbana e elitista, que não só servia como meio de classificação social, como também cumpria primordialmente os interesses coloniais de assegurar a mínima formação aos nativos, ou seja, o nível de instrução escolar oferecido aos nativos não ia além do quarto ano de escolaridade, servindo essencialmente à manutenção da máquina colonial instalada no país.

Percebendo as vicissitudes acima citadas, o modelo educacional proposto pelo PAIGC, entre outros objetivos, visava criar ruptura entre epistemologias racista, classista e excludente, do homem branco na Guiné. Desse modo, o objetivo era o de criar uma nova postura educativa, a ser elaborada sob princípios ideológicos do partido, configurando-se como instrumento emancipatório e do resgate da essência humana, apoiado pela exigência pan-africana de reafricanização do povo do continente (SANÉ, 2018).

Não obstante o desejo do PAIGC em erradicar o modelo colonial, era evidente compreender as dificuldades conjunturais para o alcance de tal objetivo, mesmo depois conduzir o país à sua independência. No seu III Congresso, realizado já na capital guineense em 1977, os então dirigente da sigla e também governantes do novo estado africano tinham a educação na agenda como setor fundamentalmente emergencial para a reestruturação social.

No caso particular da Guiné-Bissau, a “missão civilizadora” é a categoria que melhor exprime a justificação ideológica da dominação portuguesa nos territórios colonizados e na qual se insere toda a sua “ação educativa” (TAVARES, 2009, p. 23). Por conseguinte, a educação pós-independência, continua reproduzindo a mesma ideologia “hegemônica”. Posto isto, se pensarmos a educação na perspectiva colonial veremos a exclusão perpetuada através dessa educação que carrega consigo uma certa “supremacia” baseada numa cisão social e colonial representada pela distinção “civilizados e selvagem” onde o colonizador é civilizado e selvagem é o colonizado.

Um sistema de ensino onde “a educação do jovem livre vai em direção à teoria, que é o saber do nobre para compreender e comandar não para fazer, curar ou construir” (BRANDÃO, 2007, p. 42). Esse tipo ou forma de educação já vem com a sua proposta, seu próprio modelo que deve ser cumprida sem questionar. Enquanto que a educação para emancipação é um modelo de educação que deve ser mais revolucionário e inclusivo possível. Em outras palavras, pode-se dizer que, a educação:

é um fenómeno complexo, composto por um grande número de correntes, vertentes, tendências e concepções, enraizadas em culturas e filosofias diversas. Como toda educação é política, como nos ensinou Paulo Freire, ela não é neutra, pois, necessariamente, implica princípios e valores que configuram uma certa visão de mundo e de sociedade (GADOTTI, 2012, p.1).

O sistema educativo guineense nos faz concordar com esta assertiva, pois ela se baseia na construção da sociedade guineense que reproduz em certos momentos os modelos europeus de ensino. Este passou por fases de crises diante da ausência de um plano que atendesse a realidade local. Diante disso, o sociólogo guineense Miguel de Barros através do seu discurso da formatura da escola Jorge Ampa Cumelerbo publicado no dia 20 de outubro de 2020, salienta que:

a crise do sistema educativo guineense não começou em 2009, mas sim começou nos anos 80, quando a Guiné-Bissau abandonou o programa de transformação estrutural para ajustamento estrutural com a liberalização do sistema de ensino em 1991 é as

primeiras greves porque o estado optou por desinvestir dentro do sistema educativo. Então, as escolas da Guiné Bissau costumam ter 3 a 4 horas letivas dentro da escola e ainda por cima greves durante 5,6,9,11 meses. Desde a falta da infraestrutura escolar adequada (falta de biblioteca bem equipadas, e estabelecimentos escolares em decadência e sem a devida manutenção), porque o Estado da Guiné Bissau não investe no setor educativo. Dessa forma, o orçamento do Estado da Guiné Bissau dá 40% aos militares (forças armadas), 35% aos órgãos da soberania (presidência, assembleia, governo e supremo) e dá 8% à educação e esses 8% é para pagar salários dos funcionários do ministério da educação. O Estado da Guiné Bissau dá responsabilidades aos pais por um lado e dá responsabilidade à comunidade internacional para o financiamento das infraestruturas e afins” (BARROS, 2020,).

O sistema de ensino da Guiné Bissau se baseia historicamente no modelo português, que como é óbvio, não vai ao encontro da realidade local, tanto é que, muito se tem discutido sobre a necessidade de criar um novo sistema que orienta as práticas pedagógicas, atentando para a história e cultura guineense.

5.2 ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OS SEUS FINANCIAMENTOS AO SETOR EDUCATIVO GUINEENSE: O CASO DE BANCO MUNDIAL

A Guiné-Bissau é um país que depende muito de apoio externo como forma de responder às demandas dos seus diversos setores. Assim sendo, vários organismos econômicos internacionais têm virado as suas atenções financeiras a este país, na base das cooperações que ambas as partes possuem. O Banco Mundial e FMI – os grandes agenciadores econômicos – foram criados após a segunda guerra mundial com intuito de dar suporte aos países em via do desenvolvimento, principalmente os países europeus.

Djaló (2009) ressalta que, à medida que os países europeus se estabeleceram e os do Sul foram sendo descolonizados, o objetivo era a superação dos fatores de empobrecimento. Com essa finalidade, o BM passou a orientar seus empréstimos para os países ditos de “terceiro mundo”, ou melhor, os primeiros investimentos eram para esses países que estavam no caminho para o desenvolvimento. Assim comenta o autor:

A partir dos anos 50 que o Banco Mundial foi adquirindo o perfil de um banco voltado para o financiamento dos países em desenvolvimento, tal como é hoje. Até 1956, 65% das operações do Banco Mundo concentraram-se nos países europeus. Desde então a participação dos “países em desenvolvimento” elevou-se progressivamente de 1956, os recursos do Banco Mundo voltaram-se, principalmente para o financiamento da infraestrutura necessária para alavancar o processo de industrialização a que se lançavam diversos países do Sul (DJALÓ, 2009, p.91).

Todavia, em 1980, o BM procurou uma nova via de investimento para os países da África, por causa da crise de débitos que os países europeus não tinham por intermédio de ajustes criado pelo BM. Proporcionalmente, os países da África subsaariana, sobretudo, a Guiné-Bissau, foram de algumas formas contemplados, com concessão do “Programa de Ajustamento Estrutural” formado pelo BM e FMI. Foi neste exato momento que se iniciou a relação entre o BM e a Guiné-Bissau. A presença do Banco Mundial na Guiné-Bissau data de 1985 quando o país aderiu formalmente a este organismo e ao FMI. Por isso, desde 1986 o Banco Mundial tem procurado “ajudar ativamente” os esforços do governo na recuperação econômica destruída pela colonização (DJALÓ, 2009, p. 93).

De acordo com Mendes (2019), os financiamentos do BM eram para que o país investisse na melhoria da condição de vida para a população, na construção de infraestruturas e no seu desenvolvimento. Para tal, era necessário o investimento na área da educação para a construção de mais escolas e lugares precários, haja vista que era de grande importância o investimento no setor do ensino como uma ferramenta fundamental para a redução da pobreza. O BM considera a educação como fator principal e estratégico da redução da pobreza global, diante disso, é de extrema importância investir em países de “terceiro mundo” a acelerar o processo de desenvolvimento através de investimento na educação básica. O FMI junto ao BM tiveram uma participação nessa ação de reestruturação do país, principalmente na área de educação. Existem vários projetos e programas financiados por estas duas entidades e parceiros internacionais.

Na perspectiva de Toussaint (2020), pode-se compreender que a intenção dessa agência financeira internacional, com a sua política neoliberal, não é apenas financiar os Países em via de desenvolvimento, principalmente, os Países africanos, mas também, tirar proveito dos mesmos. Quer isto dizer que quando o Banco Mundial financia um País espera algo em contrapartida. Além disso, é importante frisar que, essa agência possui uma política ditatorial, pois empresta o dinheiro ao país e participa, ao mesmo tempo, na sua gestão. No final, pede relatório de conta. Isso acaba de uma certa forma impossibilitando a implementação de políticas públicas de longo prazo. No setor educativo guineense, tem sido notável a presença significativa dessa organização financeira. Sua interferência gera alguns condicionantes na elaboração dos materiais didáticos que se alienam à realidade sociocultural guineense.

6 METODOLOGIA

Compreendendo os objetivos que norteiam o desenvolvimento de projeto de pesquisa, adotar-se-á uma abordagem qualitativa, a qual consistirá na revisão bibliográfica de alguns materiais como artigos, monografias, dissertações, teses e livros, cujas temáticas se aproximam da nossa proposta, servindo, de igual modo, como fontes secundárias para extração de alguns dados que possam nos ajudar a entender de maneira objetiva a situação do ensino na Guiné-Bissau.

A priori, selecionamos os seguintes trabalhos: 1) Dissertação de mestrado de Mamadú Djaló (2009) sob o título **A interferência do Banco Mundial na Guiné-Bissau: a dimensão da educação básica 1980-2005**. 2) O livro de Leonel Vicente Mendes (2019), cujo o título é **(Des) Caminhos do Sistema de Ensino Guineense: avanços, recuos e perspectivas**. 3) A obra de Flaviano Gomes: **Banco mundial (1997) Projeto de Apoio ao Sector da Educação na República da Guiné Bissau-Bissau**.

Por outro lado, analisaremos os documentos relativos aos acordos de financiamento entre o governo guineense e o Banco Mundial nos últimos anos, pois neles será possível recolher as informações sobre os recursos financeiros disponibilizados pela instituição ao governo da Guiné-Bissau. Nesse mesmo período, faremos uma busca de informações sobre greves e paralisações ocorridas no setor educativo de Guiné Bissau, observando suas principais justificativas, no meio jornalístico – principalmente por meio de pesquisas em jornais online. Assim sendo, pretendemos fazer a leitura do referencial teórico bibliográfico em consonância com a análise de relatórios e interpretação dos dados, a fim de que possamos elaborar a versão final do artigo.

7 CRONOGRAMA

Atividades	2022		2023	
	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
Reestruturação do projeto junto com o/a orientador/a	X			
Levantamento Bibliográfico	X	X	X	
Coleta de dados		X	X	
Análises dos dados, com discussão e sua sistematização		X	X	X
Elaboração do texto escrito			X	X
Defesa de TCC				X

REFERÊNCIAS

- ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR (ANP), 2017. **Constituição da República Federativa da Guiné-Bissau**. Disponível em: <https://www.parlamento.gw/leis/constituicao/constituicaoquine.pdf/vie>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.
- BARROS, Miguel. **Sistema do ensino guineense sob lema: a mudança somos nós**. Produção: Axy Demba Pro. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (25 mn). Disponível em: <https://youtu.be/jZ2pzbhXdg>. Acesso em: 10/abril/ 2021.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é a educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CALLEJA, José Manuel Ruiz. **Os professores deste século**. Algumas reflexões. Havana, 2008. Revista Institucional Universidad Tecnológica del Chocó: Investigación, Biodiversidad y Desarrollo 2008; 27 (1):109-117
- DJALÓ, Mamadú. **A interferência do Banco Mundial na Guiné-Bissau: a dimensão da educação básica- 1980-2005**. Florianópolis, BR. 2009.
- DLALÓ, Sumaila. **Ideologias Educativas na Guiné(-Bissau) – 1954-1986**. Porto, 2020. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/129615/2/425646.pdf>. Acesso em: 23/06/2022.
- FOLTER, Regiane. **Banco Mundial: o que é e como funciona?** Disponível em <https://www.politize.com.br/banco-mundial/>. Acesso em 13 novembro de 2022.
- GADOTTI, Moacir. **Educação popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentados por uma causa comum**, v.18, nº1, dez, 2012. p. 10-32.
- MENDES, Leonel Vicente. **(Des) Caminhos do Sistema de Ensino Guineense: avanços, recuos e perspectivas**. Curitiba, BR. Ed. CRV. 2019.
- MONTEIRO João José Hugo. **A Educação Na Guiné-Bissau: bases para uma estratégia sectorial renovada**. Bissau, 2005. Disponível em: https://www.relaappe.fe.unicamp.br/pf-relaappe/monteiro_jj_huco_2005.pdf. Acesso em: 27/08/2022.
- OLIVEIRA, Dagmar Braga de. **Considerações sobre o Conceito de Educação e a Formação do Sujeito Crítico na Contemporaneidade**. São Cristóvão, 2016. X Colóquio Internacional “Educação Contemporaneidade”. Setembro, 2016.
- ROMMINGER, Alfredo Eric. **O GRUPO BANCO MUNDIAL: origem, funcionamento e a influência do desenvolvimento sustentável em suas políticas**. Universitas - Relações Internacionais, Brasília, v. 2, n.1, p. 269-288, jan./jun. 2004.
- SEIDE, Braima. **Percursos do Sistema Educativo na Guiné-Bissau**. São Francisco do Conde, 2019. Disponível em:

https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1655/3/2019_arti_braimasei_di.pdf. Acesso em: 13/9/2022.

TAVARES, Fernando Jorge. **Os Limiões Críticos da Educação na África Lusófona**. In: II congresso Internacional de Filosofia da Educação de Língua Portuguesa, 2011, São Paulo. Pessoa Sociedade e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2009.

TOUSSAINT, Eric. **O Golpe de Estado Permanente do Banco Mundial**. Bruxelas, 2020. Disponível em: <https://www.cadtm.org/O-golpe-de-Estado-permanente-do-Banco-Mundial>. Acesso em: 29/11/2022.